

FATOS DESTACADOS DA IMPRENSA
DE 18 A 31 DE JANEIRO DE 1982
Nº 177 - CIRCULAÇÃO INTERNA



Aconteceu

CEDI

Centro Ecumênico de Documentação e Informação

Rua Cosme Velho 98 fundos 22241 Rio de Janeiro

Av. Higienópolis 983 01238 São Paulo

TEMPO E PRESENÇA EDITORA LTDA.

CEDI

DIRETOR
Domício Pereira de Matos

COORDENADOR DAS PUBLICAÇÕES
Paulo Cezar Loureiro Botas

CONSELHO EDITORIAL
Carlos Alberto Ricardo
Letícia Cotrim
Zwinglio Mota Dias
Carlos Rodrigues Brandão
Jether Pereira Ramalho
Eliseu Lopes
Henrique Pereira Junior
Carlos Mesters
Beatriz Araújo Martins

EDITOR DO ACONTECEU
Rubem Thomaz de Almeida

ACONTECEU

Assinatura anual: Cr\$ 500,00
Assinatura de apoio: Cr\$ 2.000,00

Remessa em cheques pagáveis no Rio
para TEMPO E PRESENÇA EDITORA LTDA.

Caixa Postal 16.082
22221 - Rio de Janeiro - RJ

METALÚRGICOS DA FORD APROVAM ESTATUTO DE COMISSÃO DE FÁBRICA

A Ford Brasil e o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema apresentaram os estatutos da comissão de fábrica dos trabalhadores, que será eleita no próximo mês em São Bernardo. Os estatutos são resultado de seis meses de negociações entre a empresa e o sindicato. A partir de hoje estará aberto o processo eleitoral na Ford, com registros de candidaturas. Serão eleitos, até 26 de fevereiro, 10 representantes distritais da empresa que, com dois diretores do sindicato, integrarão a nova comissão de fábrica. Atualmente, atua na Ford uma comissão provisória eleita durante a greve de seis dias de julho do ano passado, realizada contra a demissão coletiva então acionada pela Ford. Os representantes eleitos na Ford terão estabilidade no emprego a partir do registro de suas candidaturas até um ano após o encerramento de seus mandatos. Deverão ocupar o cargo por dois anos, até 29 de fevereiro de 1984. Além da estabilidade, os representantes terão dois meios períodos remunerados por semana para o exercício de suas funções, acrescidos de uma hora semanal para reuniões com a coordenação da comissão de fábrica. Esta terá três meios períodos por semana, além do tempo necessário para a participação de reuniões com a gerência de relações industriais da empresa (ver última página). (JB - 19/01/02)

CIFERAL NÃO PAGA SALÁRIOS: METALÚRGICOS ESTÃO PARALISADOS

O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas do Rio de Janeiro encaminhou à Delegacia Regional do Trabalho uma "denúncia de débito salarial" contra a fábrica de carrocerias Ciferal, objetivando reter os honorários da diretoria e impedir a obtenção de financiamento pleiteado ao BD-Rio, até que ela pague os salários de dezembro de seus empregados, em greve desde sexta-feira. O presidente do Sindicato, Osvaldo Pimentel, denunciou, ainda, que há outras empresas com salários atrasados, entre as quais a CBEL, Inasa, Marobrás e Pindorama - esta última ainda não pagou o 13º salário. Hoje ele volta à Delegacia Regional do Trabalho para nova tentativa de negociação com os representantes da Ciferal Comércio e Indústria SA, que ontem não compareceram à reunião da DRT e recusaram-se a receber os jornalistas na sede da empresa, na Av. Brasil, em Ramos. Ele acrescentou que no grupo - Ciferal, Cifertec e Ciferurb - trabalhavam uns dois mil metalúrgicos há um ano, mas com as demissões uns 800 perderam o emprego. "Sabemos que não está depositando o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e tem débito com a Previdência Social, além de não haver cumprido o pagamento de indenizações trabalhistas" - afirmou o presidente do Sindicato, ontem, na Delegacia Regional do Trabalho. (JB - 27/01/82)

DIFICULDADES NO SETOR DE CARROCERIAS DE ÔNIBUS

Mais de 2 mil funcionários já foram dispensados no setor de fabricação de carrocerias de ônibus, em todo o Brasil, entre os meses de outubro de 1981 e janeiro de 1982. E se a situação das empresas não melhorar prevê-se que novas dispensas ocorram. Somente no Grupo Caio, o número de dispensas foi superior a 500 empregados, desde a parte da administração, até, e principalmente, operários da linha de montagem da fábrica. (JB - 27/01/82)

ALIMENTOS DOADOS NÃO EVITAM GREVE NA CIMETAL

O Governador de Minas Gerais, atendendo ao apelo do Prefeito João Crebaldi, do PDS, mandou ontem distribuir aos 1 mil 300 empregados da Cime

tal, em Barão de Cocais, 15 toneladas de alimentos, adquiridos pela Cobal, mas isso não evitará a greve legal marcada para segunda-feira, dia 19, conforme ficou claro durante reunião na DRT, à tarde, nesta Capital. Olha, doutora, já tem companheiro alimentando seus filhos com banana cozida ou entrando na usina com a marmita escondida, porque tem vergonha dos outros descobrirem que ela está vazia - respondeu um operário a advogada da Cimetal, Maria Cristina Andrade. Ela, durante a reunião na Delegacia Regional do Trabalho, pediu "compreensão dos operários, porque a greve poderia prejudicar as negociações de venda da usina e, por estar em regime de concordata, abrir o processo de falência". Inflexível, "porque não tenho autorização dos companheiros para negociar, muito menos quando a empresa não apresenta nenhuma proposta", o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Barão de Cocais, Osmar Martins de Castro, disse que "nós só voltamos atrás quando forem pagos os salários devidos". Pelos cálculos do sindicato, os salários atrasados somam Cr\$ 186 milhões. (JB - 30/01/82)

CONFEDERAÇÃO DE SERVIDORES DEBATE PROPOSTA DE GREVE

Ao instalar ontem à noite a 1ª Reunião do Conselho de Representantes da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil, o seu presidente, Archimedes Pedreira Franco, fez um apelo aos conselheiros para que as decisões que venham a ser tomadas - existem propostas concretas de greve - "sejam absolutamente exequíveis". Disse que "não adianta tomar decisões que não possamos cumprir". No entanto, antes da instalação, afirmou ser válida uma greve, hoje, "em face da situação em que a classe se encontra". O Sr. Archimedes afirmou que "todos os meios têm sido utilizados sem que o Governo tenha a menor sensibilidade. Se não há meios de a classe ser atendida através do diálogo, não há outro recurso senão a medida extrema. Ainda que a lei proíba a realização da greve, ela, na verdade, é um direito natural das classes trabalhadoras em momento de grave opressão. O Governo se exime de obrigações que impõe à empresa privada, como o reajuste semestral e o 13º salário. Estas por sinal são as duas reivindicações do funcionalismo público consideradas mais urgentes. As outras são: direito à livre sindicalização; novo estatuto dos servidores civis e justa recomposição salarial. A reunião termina amanhã. (JB - 30/01/82)

DEDINI DISPENSA 600 OPERÁRIOS EM 2 DIAS

As indústrias Dedini, de Piracicaba, dispensaram mais de 600 metalúrgicos nos dois últimos dias e existe a ameaça de que esse número seja elevado a 1.500, segundo informações de pessoas ligadas à firma, que não quiseram identificar-se, "com medo de perder o emprego". Para Arlindo Carvalho, presidente do sindicato, existem duas preocupações fundamentais: "Conseguir emprego para os dispensados, o que será difícil, pois o ato da Dedini poderá redundar em idêntica tomada de posição de várias firmas ligadas ao ramo metalúrgico, provocando número maior de desempregados; a segunda dificuldade será superar a crise, evitando que ela dificulte as negociações para o reajuste salarial, pois é muito difícil negociar sob a ameaça do desemprego". Até o ano passado, Piracicaba era considerada uma cidade não ameaçada pelo desemprego, devido à sua estabilidade industrial, onde se destaca a produção de equipamentos para a indústria alcooleira e açucareira. (ESP - 30/01/82)

TRT GAÚCHO FIXA CRITÉRIOS PARA DEMISSÃO COLETIVA

Numa decisão inédita no país, o Tribunal Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul estabeleceu critérios de dispensas de empregados - no caso, os da Cervejaria Polar (do Grupo Antarctica), filial de Caxias do Sul - em casos de necessidade de demissões coletivas, determinando também critérios de readmissão. Pela decisão do TRT gaúcho, os primeiros

~~a serem demitidos serão os com menos tempo de serviço. Os empregados com idade até 45 anos e sem dependentes seriam, pela ordem, a segunda categoria a ser demitida. E, por último, os funcionários com idade até 45 anos e com dependentes. Em caso de readmissão, a empresa deve dar prioridade aos ex-empregados, admitindo primeiro os com dependentes e idade até 45 anos. Segundo o relator do processo, a decisão visa proteger o empregado. A decisão se antecipa a estudos sobre o assunto que estão sendo realizados pelo Ministro do Trabalho. (JB - 29/01/82)~~

METALÚRGICOS DO ABC INICIAM CAMPANHA SALARIAL

Ontem, com duas assembleias, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, deu início à campanha salarial para este ano. Segundo Jair Menegueli, presidente do sindicato, 35 itens fazem parte do elenco de reivindicações, considerando o principal deles a luta pela estabilidade no emprego. Além disso Jair Menegueli incluiu como primordiais os itens que cuidam de reajustamento e aumento salarial, redução de jornada de trabalho sem redução de salário, reajuste trimestral, representação sindical, salário profissional e piso salarial. Outro ponto que mereceu discussão entre os 200 trabalhadores que compareceram na primeira assembleia foi o programa da automação nas montadoras. Segundo Jair Menegueli, isso "poderá causar desemprego em massa", caso a indústria automobilística brasileira, a exemplo do Japão, comece a promover esse sistema em suas linhas de produção. (FSP - 23/01/82)

METALÚRGICOS DO INTERIOR PAULISTA TAMBÉM PREPARAM CAMPANHA SALARIAL

Na próxima semana, os cerca de 400 mil metalúrgicos do interior paulista deverão definir suas reivindicações, a serem apresentadas aos 22 sindicatos patronais do setor e à Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, para conclusão da campanha salarial deste ano. No interior paulista, são 37 os sindicatos de metalúrgicos, a grande maioria devendo fazer causa com a Federação dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo. Segundo o presidente desta entidade, Argeu Egydio dos Santos, com alguns deles seguindo o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, o qual tradicionalmente leva suas reivindicações à categoria econômica de maneira autônoma. Segundo Argeu Egydio dos Santos, além do percentual de aumento real, a ser ainda debatido pelos sindicatos, é certo que algo em comum será reivindicado por todos eles: a garantia de emprego, com reajustes salariais trimestrais e a instituição de delegados sindicais de fábricas. A data-base dos metalúrgicos do interior paulista, para renovação salarial, é 1º de abril; o segundo grande dissídio no setor é o dos metalúrgicos da capital paulista, Osasco e Guarulhos; com data-base a 1º de novembro. (ESP - 29/01/82)

ROBOS AMEÇAM METALÚRGICOS...

Há uma nova "guerra" declarada pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo contra a Volkswagen do Brasil. "A Volks não se contenta em comprar robôs para substituir empregados, como quer também "robotizar" todos os seus trabalhadores" - brada o presidente do Sindicato, Jair Menegueli, enquanto o jornal da entidade - "Tribuna Metalúrgica" - publica palavras de ordem conclamando os operários a rasgarem todo material de propaganda da campanha "Juntos para o Futuro" - lançada pela empresa - e ordena o boicote às reuniões dos "Círculos da Qualidade", que a Volkswagen pretende expandir para toda a fábrica. A campanha "Juntos para o Futuro" - a ser desenvolvida de 1º de fevereiro a 31 de março - é um concurso que visa mobilizar o pessoal da empresa e angariar idéias "para melhorar a eficiência e qualidade dos produtos". "Isso vai ser de envidiar todo mundo" - comenta Jair, para quem a expansão dos CCQs para toda a indústria "é o primeiro passo para uma coisa ainda pior: a robotização das linhas de produção e o desemprego em escala ainda não vis-

~~ta". Ele lembra que a Ford já implantou uma máquina automática de solda de cabines "que usa quatro operadores e faz o serviço de 60 trabalhadores", e afirma que os robôs comprados pela Volkswagen são ainda mais sofisticados e dispensam mão-de-obra em escala muito maior. (FSP - 31/01/82)~~

...E SÃO MOTIVO DE PREOCUPAÇÃO: DESEMPREGO

A campanha salarial deste ano dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema apresenta como novidade um item em relação à utilização de robôs pelas indústrias. Na primeira assembléia da campanha realizada ontem, que contou com cerca de 200 trabalhadores em sua primeira sessão, à tarde, e 400, à noite, foi definido que "as empresas que passam por processo de modernização de sua produção, através de robôs, ou outros processos de automação, deverão manter os empregos e os salários nas seções modernizadas". Segundo o presidente do sindicato, Jair Meneguelli, existe grande preocupação dos trabalhadores quanto à implantação dos robôs "pelo desemprego que irá causar". (ESP - 23/01/82)

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE SÃO PAULO TERÁ ELEIÇÕES

A 10 dias das eleições para renovação da diretoria do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo, as três chapas con correntes já dispõem da lista de associados com direito a voto: 32.968 bancários formam o colégio eleitoral da categoria. A informação foi dada ontem por diretores da entidade. Segundo eles, 61 urnas serão instaladas na sede social, nas regionais e em vários bancos da capital. As três chapas são lideradas por Antonio Augusto Oliveira de Campos (chapa 1), Elieú Vieira Sobral (chapa 2) e Eucário Rodrigues (chapa 3). O quorum mínimo exigido por lei (dois terços do número de votantes) é de 21.978 eleitores e a chapa vencedora precisará obter pelo menos 16.485 votos, isto é, 50% dos votos mais um, do colégio eleitoral. (ESP - 29/01/82)

SINDICALISTAS CRIAM ÓRGÃO DE DEBATES

Um novo organismo sindical, idealizado por dirigentes trabalhistas casados em 1964, será fundado, dia 28 de fevereiro próximo, na sede do Sindicato dos Marceneiros de São Paulo. O ante-projeto de estatutos do órgão, chamado Fórum de Debates de Questões Sindicais, foi concluído na semana passada, em reunião da qual participaram, entre outros, os ex-sindicalistas Rafael Martineli, Geraldo Silvino, Antônio Rodrigues e Vitelbino Ferreira de Souza. O novo organismo tem o aval da comissão nacional pró-Central Única dos Trabalhadores e o objetivo de estudar e debater "as questões ligadas aos trabalhadores urbanos e rurais bem como os temas nacionais e internacionais ligados às relações do trabalho e aos problemas sindicais". Os objetivos do Fórum de Debates de Questões Sindicais diferem dos propósitos do ex-Fórum Sindical de Debates existente na Baixada Santista até março de 1964 - quando foi dissolvido. O antigo Fórum tinha a finalidade de articular a ação dos 53 sindicatos da região. O novo organismo, nas palavras do ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santos, Vitelbino Ferreira de Souza, pretende alcançar o entendimento sobre os interesses comuns dos trabalhadores. (FSP - 29/01/82)

TRABALHADORES RURAIS

REGULARIZAÇÃO DE SINDICATOS

A 16 de fevereiro, terminará o prazo de um ano que o ministro do Trabalho dera a mais de 100 sindicatos do País para regularizarem sua situação. Ontem, o secretário-geral do Ministério, revelou ao presidente da Federação Nacional dos Jornalistas, que, se a determinação do ministro não for cumprida, ele cassará a carta sindical desses sindicatos. As principais irregularidades são falta de diretoria, presidentes residentes em cidades que não as das sedes dos sindicatos e, principalmente, prazos defasados para a realização de eleições. A maioria desses sindicatos em situação irregular é de trabalhadores rurais. (ESP - 30/01/82)

SINDICATOS DENUNCIAM NO SUL

IRREGULARIDADES CONTRA SEGURADOS DO PRÓ-RURAL

Setenta sindicatos rurais comunicaram à Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetag), a existência de irregularidades praticadas por médicos e hospitais gaúchos, contra os segurados do Pró-Rural, dos quais é feita a cobrança ilegal de parte do tratamento hospitalar e de assistência médica. A denúncia é do vice-presidente da Fetag, Ezídio Pinheiro. A cobrança de parte do valor das consultas, exames e operações foi proibida por portaria do Ministro da Previdência Social, Jair Soares, atendendo solicitação da própria Fetag. Mas grande número de hospitais continuou a exigir o pagamento sob a alegação de que o Ministério da Previdência prometeu mas não forneceu a complementação do pagamento.

(JB - 27/01/82)

COOPERATIVA ACUSADA DE EXCLUIR PARCELEIROS

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco - Fetape - enviou ofício ao ministro denunciando a Direção da Cooperativa Agrícola de Tiriri, situada no município de Palmares, a 120 quilômetros do Recife, que está usando violência para expulsar treze parceleiros da área. No documento, a Fetape afirma que "o clima de terror implantado na Cooperativa de Tiriri tem a complacência e conivência da Coordenadoria Regional do Incra que, apesar das denúncias, nada fez para sanar os desmandos praticados contra os trabalhadores". No relatório enviado a Andrezza, os treze parceleiros, através da Fetape, acusam o presidente da Cooperativa de Tiriri, Manoel Alves, de ordenar a exclusão dos parceleiros do quadro social da cooperativa e de comandar nove capangas armados de rifles para expulsar os trabalhadores rurais das parcelas. Outra acusação feita pela Fetape é de que o presidente da cooperativa se constituiu mero testa-~~de~~-ferro do padre Antônio Melo, candidato a governador de Pernambuco pelo PTB e responsável pela implantação de um sistema de endividamento crescente dos parceleiros, tornando-os completamente dependentes da cooperativa. (ESP - 24/01/82)

LAVRADOR DE RONDA ALTA VOLTA AO RS

O colono gaúcho Valtair Santana, de 25 anos, que esteve no acampamento de Ronda Alta e depois foi para Mato Grosso, voltou esta semana para o Rio Grande do Sul e, ontem à tarde, no gabinete do deputado Antenor Ferrari, presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa, explicou por que deixou o projeto de reassentamento do Incra em Lucas do Rio Verde. Disse ter sido ameaçado de morte pelo executor do projeto, a quem conhece apenas pelo sobrenome Ferreira, por causa das reclamações que fazia "diante do não cumprimento, pelo Incra, das promessas feitas quando nos induziram a deixar Ronda Alta". Tudo começou, segundo explicou, quando constatou que o dinheiro recebido - Cr\$ 8 mil mensais - não era suficiente para sustentar a família, a mulher e quatro filhos menores. "Além disso, a qualidade da terra era péssima, exigia de quatro a cinco caixas de adubo para uma de arroz". O colono não sabe exatamente quantos já desistiram do projeto de Lucas do Rio Verde.

DESAPROPRIADO GARIMPO PARA EVITAR DESPEJO POR MULTINACIONAL

Uma área diamantífera de 700 hectares foi desapropriada pelo prefeito de Arenápolis, Mato Grosso, Alvino Rodrigues da Silva, para evitar o despejo de cerca de três mil garimpeiros. A área tinha sido ganha na Justiça, recentemente, pela multinacional Brascan, que agora pretende anular a desapropriação e fazer valer a decisão do Tribunal de Justiça do Estado, que lhe deu ganho de causa. Antes da sentença do tribunal e da desapropriação do prefeito, houve muitos conflitos entre os garimpeiros e a empresa. Foram feitas várias tentativas de solução do problema, mas todas acabaram sendo rejeitadas pelas partes. A última prévia que a área seria dividida entre a Brascan e os garimpeiros, e foi feita pelo ministro César Cals, das Minas e Energia. (ESP - 23/01/82)

POSSEIROS AMEAÇADOS

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (Fetaemg) irá solicitar ao secretário de Segurança de Minas, coronel Amando Amaral, proteção para 88 famílias de posseiros de Berilo, no Vale do Jequitinhonha, ameaçadas por uma liminar concedida à empresa de reflorestamento Cavalinho S/A, para desmanchar as cercas feitas pelos posseiros. A informação foi dada ontem pelo presidente da Fetaemg, André Montalvano da Silva, que salientou que a "única forma" de os posseiros continuarem com suas posses é "através da própria polícia ou os próprios trabalhadores enfrentarem o pessoal". Ele anunciou também que a entidade deverá entrar com um "interdito proibitório", na Justiça, para que somente após o julgamento da pendência possam ser tomadas providências. Ele denunciou que foram retiradas as cercas e passados tratores sobre as plantações de mandioca dos posseiros. (FSP - 27/01/82)

POSSEIROS PEDEM NO RIO DISTRIBUIÇÃO DE TERRAS

Cerca de 50 pessoas, representando de 80 a 100 famílias de posseiros que ocupam uma área de 510 mil metros quadrados no núcleo do Parque Estoril, em Nova Iguaçu, Baixada Fluminense, concentraram-se ontem à porta do Incra reivindicando a distribuição dessas terras, a realização de um levantamento das terras devolutas da União, e a desapropriação de áreas particulares improdutivas. Uma comissão de lavradores - inclusive representantes da Comissão Justiça e Paz - esteve com o coordenador do Incra. Explicaram que as terras eram improdutivas "e hoje já estão produzindo razoavelmente bem". Segundo eles, em todo o parque estão cerca de 600 famílias "e há muita gente passando fome por lá". Há dois anos, o sindicato rural de Nova Iguaçu vem tentando a distribuição das terras. A principal dificuldade dos pequenos agricultores, conforme Delário de Sousa Ribeiro, membro da Pastoral da Terra, é fazer um levantamento da área, que inclui fazendas circunvizinhas abandonadas, não registradas em cartório. (FSP - 28/01/82)

ÍNDIOS

KRAHÓ LIBERTAM REFÊNS MAS ACORDO NÃO É CUMPRIDO POR PF

Os índios Kraós da reserva de Itacajá, em Goiás, libertaram os funcionários da Funai e seus familiares e os policiais federais, que mantinham como refêns, cumprindo o acordo feito com o diretor de Operações do órgão e o presidente da União das Nações Indígenas, Marcos Terena. No entanto, a Polícia Federal não executou a determinação da direção da Funai, que havia garantido imunidade ao ex-funcionário do órgão, Paulo César da Silva, considerado como amigo pelos Kraós e convidado por estes a participar de conversações em Brasília. Segundo os próprios índios, eles se revoltaram quando

servidores da Funai, alheios ao posto indígena de Itacajá, acompanhados de agentes da Polícia Federal, se dirigiram à casa do cacique João Canuto, com a finalidade de prender o ex-servidor do órgão, que lá se encontrava. Na ocasião, João Canuto afirmou que em sua casa era ele que mandava. Como os funcionários e os policiais se encontravam armados e insistiam em prender Paulo César, os índios se revoltaram, tomando suas armas e mantendo-os como reféns até a chegada de servidores da sede da Funai, em Brasília. Na manhã seguinte, com a presença do diretor do Departamento Geral de Operações da Funai e de Marcos Terena, a situação foi contornada, sendo os reféns postos em liberdade. (FSP - 19/01/82)

KRAHÓ PEDEM NOVO DELEGADO

A substituição do delegado regional em Goiás, Ivan Baiocchi, foi pedida ontem com insistência por um grupo de dez índios Krahô ao presidente da Funai. Eles disseram que o delegado não é amigo da comunidade indígena e nunca fez nada para ajudá-los. Os Krahô acusaram Ivan Baiocchi de ter dado a ordem de invasão da casa do cacique João Canuto, para prender o ex-servidor da Funai Paulo César da Silva. Os índios se consideraram ofendidos por declarações atribuídas ao delegado, que os teria acusado de plantar maconha para trocar por bebida e de entregar suas mulheres e filhas para serem seduzidas por Paulo César. Todos os caciques presentes afirmaram que não aceitarão nenhuma ajuda da Funai enquanto Ivan Baiocchi não for substituído, e prometeram trazer o documento. (JB - 21/01/82)

GOVERNO JÁ SE DECIDIU SOBRE ÁREA YANOMAMI

O presidente da Funai informou ontem que o governo anunciará na próxima semana a decisão que tomou em relação à área habitada pelos índios yanomami, na fronteira do Brasil com a Venezuela. O coronel não quis adiantar se o governo criará um parque para eles, reivindicação feita pela comissão de criação do parque yanomami, ou optará pela demarcação de áreas descontínuas para estes índios que vivem numa região rica em ouro e cassiterita. Os yanomamis são índios ainda isolados, sem qualquer resistência física às doenças comuns, como gripe, sarampo e coqueluche. (ESP - 21/01/82)

PROMETIDA, NOVAMENTE, DEMARCAÇÃO DE TODAS AS ÁREAS INDÍGENAS PELO GOVERNO

Com menos de quatro meses na presidência da Fundação Nacional do Índio (Funai), o Coronel Paulo Moreira Leal, ex-assessor do Conselho de Segurança Nacional, em sua primeira entrevista coletiva, garantiu que o órgão tutelar das comunidades indígenas do país não será o "vetor do desassossego social" em algumas áreas, pois o Governo está empenhado em concluir a demarcação de todas. Reserva Yanomami, critérios de indianidade e problemas evitados em sua curta gestão, foram outros temas abordados pelo coronel presidente da FUNAI em sua entrevista. (JB - 23/01/82)

DENUNCIADA INVASÃO DE ÁREA NHAMBIQUARA

O Conselho Indigenista Missionário e mais dez entidades de defesa do índio denunciaram ontem à Funai a invasão de reservas dos nhambiquara, no Norte do Mato Grosso, por empreiteiras empenhadas em modificar o traçado da rodovia BR-364, que liga Cuiabá a Porto Velho (RO), para beneficiar colonizadores e empresas agropecuárias que desejam instalar-se nas terras dos índios. O Cimi e demais entidades que assinam a denúncia acreditam que isso estaria ocorrendo devido à notícia que circulou na região e foi depois desmentida pelo presidente da Funai, de que este havia revogado três portarias que criaram no ano passado as reservas nhambiquaras. (FSP - 23/01/82)

FUNAI DESMENTE QUE REVOGOU PORTARIAS...

Ao desmentir informações de que a Funai tinha revogado as portarias que estabelecem como dos nhambiquaras terras no Norte de Mato Grosso, o presidente do órgão, afirmou não aceitar trabalhar sob pressão, mostrando-se também surpreso com a notícia - divulgada anteontem em Cuiabá pelo coronel Darcy Álvares da Cunha, da delegacia regional do Incra em Mato Grosso. A informação agora desmentida fez com que a Associação Brasileira de Antropologia - ABA - e outras oito organizações enviassem a Moreira Leal te-

legrama pedindo esclarecimentos sobre a situação jurídica da área. Essas portarias, baixadas no final do ano passado, reconhecem que regiões do Vale do Guaporé, Pirineus de Souza e Sararé, num total de 340 mil hectares, pertencem aos nhambiquaras. (ESP - 23/01/82)

...MAS ÁREA NHAMBIQUARA SERÁ REESTUDADA

Embora o presidente da Fundação Nacional do Índio, tenha afirmado em Brasília que não revogou nem mesmo sustou as portarias que estabelecem como dos nhambiquaras uma área de 340 mil hectares no Vale do Guaporé, no Mato Grosso, o delegado da Funai naquele Estado, voltou a dizer, em Cuiabá, que as portarias foram sustadas e que a área será reestudada. (ESP - 27/01/82)

FUNAI PRENDE PADRE E DOIS ÍNDIOS EM PE

O jesuíta Felício Frisch e dois índios capinauás foram presos em Arcoverde, no Interior pernambucano, pelo delegado substituto da Funai, e uma equipe de agentes da Polícia Federal. O religioso e os índios haviam ido à delegacia da Funai comunicar um conflito armado, ocorrido na área indígena, em Baúque, provocado, segundo a denúncia, pelo grileiro Zuza Tavares. Três dias antes da prisão, o missionário, que é ligado ao Cimi (Conselho Indigenista Missionário), havia procurado o coronel-presidente da Funai, e autoridades policiais, para pedir que estes órgãos atuassem junto à reserva Capinauá. O jesuíta explicou que a tensão na área estava crescendo e havia a possibilidade de um conflito. As providências foram prometidas, mas apenas as promessas não evitaram que os grileiros atirassem nos índios, sem fazer vítimas, no último dia 14. Zuza Tavares e seu irmão Arlindo querem expulsar os capinauás da área onde habitam há dezenas de anos. Fábio Alves dos Santos, coordenador do Cimi-Nordeste explica: "A falta correspondência, as inúmeras viagens dos índios, os esforços da Igreja, demonstram o empenho em se procurar uma solução para o problema. A Igreja e os índios querem uma saída pacífica. Só o cúmplice omissão das autoridades é que permanece injustificável." (ESP - 23/01/82)

ÍNDIOS TEMEM INVASÃO DE TERRAS EM LITÍGIO

A disputa pela posse de uma área de 3.707 alqueires localizada no Sudoeste do Paraná, envolvendo a Fundação Nacional do Índio, a madeireira Slaviero e o comerciante Jone Rodrigues Lima, acabou levando o procurador-geral da Funai a viajar no fim de semana para a Reserva Indígena de Mangueirinha com a finalidade de convencer os líderes cain-gangues a não invadirem nem reagirem armados contra eventuais invasores de terras. Há informações de que ultimamente o cacique Ambrósio dos Santos - sobrinho do ex-cacique Ângelo Cretan - e outros líderes da comunidade indígena passaram a rondar a divisa da reserva armados e com o pretexto, conforme eles próprios alegaram, de caçar. Os cain-gangues não negaram porém, o fato de estar contrariados com a liminar do Tribunal Federal de Recursos que favoreceu o comerciante Jone Rodrigues de Lima. Os índios argumentam que Jone, beneficiado pela decisão do TFR de exercício pleno da posse de 9 mil hectares na região, está ultrapassando os limites estabelecidos e invadindo a área indígena. (ESP - 26/01/82)

COQUELUCHE E OUTRAS "ENFERMIDADES" ATINGEM CAXINAUÁS

Um grupo de dez índios caxinauás do Alto Purus chegou a Rio Branco, pedindo auxílio para a tribo atingida por um surto de coqueluche, doença que eles chamam de Tosse Bra-ba. O líder do grupo, Francisco Lopes, disse que já morreu uma pessoa na aldeia e que muitas estão doentes. Dos dez que foram a Rio Branco, dois tiveram de ser internados na Santa Casa por causa da tosse. Os índios disseram que foram mal recebidos pelo chefe da Ajudância da Funai no Acre, Benamour Fontes da Silva, que os repreendeu por terem deixado a aldeia e não quer pagar as passagens de volta. Francisco informou que eles viajaram por recomendação do enfermeiro da Funai, Moraes, que os conduziu até o município de Sena Madureira e conseguiu avião para transportá-los até Rio Branco. O enfermeiro, porém, quer agora transferir a responsabilidade para integrantes do Cimi que trabalham junto aos índios. Revoltados com a posição do enfermeiro e a má vontade do chefe da Ajudância, os índios passaram a denunciar, também, o chefe do posto indí-

gena da fronteira, João Natan, a quem acusam de viver embriagado na aldeia e de entregar aos brancos os medicamentos que a Funai remete para a tribo. (ESP - 23/01/82)

ÍNDIOS QUIRIRI AMEAÇAM POSSEIROS

Dois representantes dos índios quiriris que vivem na aldeia de Mirandela, no Nordeste da Bahia, deram ontem prazo até segunda-feira para que a Funai ou o governo do Estado retirem os posseiros que ocupam a reserva. Se isso não ocorrer, eles pretendem invadir as fazendas e expulsar os posseiros. Gino Manoel dos Reis e Manoel Calazans de Souza, em entrevista coletiva convocada pela Associação Nacional de Apoio ao Índio - Anai - seção de Salvador, disseram que o clima na região é de guerra desde março do ano passado, quando a Funai demarcou os 12.300 hectares que lhes pertencem. Mas até agora eles estão esperando a desocupação das terras e responsabilizam a fundação por esta situação, "já que ela não tomou conhecimento da presença dos dois mil posseiros que vivem na área há mais de 150 anos". (ESP - 28/01/82)

ALDEIA DOS ARARA DEVERÁ SER VISITADA

Um ano depois de contatados por uma frente da Funai, que tentou aproximação com eles durante 10 anos, os índios araras deram, no fim de semana, o mais importante passo para estabelecer relacionamento mais permanente com a comunidade branca: convidaram os sertanistas da Funai a visitar a aldeia deles, numa demonstração de amizade e confiança. Uma semana antes, um grupo de índios já havia visitado Altamira, a cidade mais próxima, em companhia dos sertanistas. No retorno, houve o convite para uma viagem à aldeia. Essa iniciativa era ao mesmo tempo aguardada e temida. Durante 10 anos os araras reagiram às tentativas de contato feitas pelos sertanistas da Funai, irritados com a invasão das terras deles iniciada com a abertura da Transamazônica. A estrada passou sobre a aldeia, obrigando-os a abandoná-la. Refugiando-se na floresta, mudaram seguidamente de moradia na medida em que os colonos avançavam. (ESP - 27/01/82)

MOVIMENTOS POPULARES

NOVA INVASÃO EM SP: BOTURUSSÚ

A Prefeitura de São Paulo vai entrar com uma ação de reintegração de posse para reaver a área de 40 mil metros quadrados invadida anteontem entre a Vila Cisper e o Jardim Boturussú, em Ermilino Matarazzo, por cerca de 600 pessoas, segundo informou ontem o chefe de gabinete da Secretaria das Administrações Regionais. "Aí nesse meio tem batina" - garantiu o chefe de gabinete da SAR, ao explicar que a "invasão foi organizada, pois 600 pessoas não se poderiam dirigir a um mesmo local, no mesmo horário para demarcar um lote se não estivessem orientadas". Oficialmente, no entanto, a Secretaria ainda não conseguiu apurar quem teria organizado a invasão. Enquanto isso, as pessoas que permaneceram no terreno continuaram demarcando seus lotes, embora revoltados com a atitude da Prefeitura: "Ela não precisa disso, mas jamais resolveu ceder um lugarzinho para podermos morar". (ESP - 27/01/82)

INVASORES CONSTRÓEM MAIS CASAS

Depois de uma rápida reunião, ontem de manhã, os 600 invasores da área municipal do Parque Boturussú, ocupada no último dia 25, decidiram construir, em esquema de mutirão, mais casas neste final de semana: apesar da decisão do juiz da 1ª Vara da Fazenda Municipal, que concedeu liminar reintegrando a Prefeitura na posse do terreno. Os invasores acreditam que a construção de novas moradias e um possível mandado de segurança contra a sentença judicial, pretendido por advogados do departamento jurídico do Centro Acadêmico XI de Agosto, poderão mantê-los na posse da terra, adiantando a ação de despejo, aguardada para amanhã e que não pôde ser cumprida anteontem por falta de segurança. (ESP - 31/01/82)

INVASORES DEVEM SAIR HOJE

O secretário dos Negócios Jurídicos da Prefeitura, informou que o juiz da 1ª Vara da Fazenda Municipal, concedeu ontem mesmo liminar na ação de reintegração de posse movida pela Prefeitura contra os invasores do Parque Boturuçu, em Ermelino Matarazzo. O despejo dos ocupantes deverá ser feito hoje por oficial de Justiça, assim que o juiz expedir o respectivo mandado. A ação combinada Prefeitura-Justiça para o caso durou apenas algumas horas, pois a Administração Regional de São Miguel-Ermelino Matarazzo só enviou ontem de manhã, à Secretaria dos Negócios Jurídicos, a relação de nomes de invasores. Em seguida, a Municipalidade entrou com a ação e o juiz concedeu a liminar. Entretanto, na área ocupada, até ontem, os invasores mantinham a esperança de poder continuar no terreno. Eles alegam que não têm para onde ir, não possuem bens a não ser algumas roupas, objetos de cozinha e colchões e dizem que não podem pagar aluguel, já que a grande parte está desempregada. (FSP - 29/01/82)

MANOBRA IMPEDE DESPEJO EM BOTURUSSU

Os dois oficiais de Justiça designados pelo juiz da 1ª Vara da Fazenda Municipal para executar a liminar de reintegração de posse de um terreno da Prefeitura invadido, no Parque Boturussu, Ermelino Matarazzo, não conseguiram realizar ontem, até as 17h30, o despejo de cerca de 600 pessoas. Os oficiais apenas conseguiram fazer a leitura dos termos de reintegração de posse, já que as 53 pessoas citadas nominalmente não responderam à chamada. Dizendo-se impossibilitado de realizar a ação de despejo, o oficial de Justiça transferiu-a para a próxima segunda-feira, "com a ajuda de força policial". O oficial de justiça, ao detalhar os passos de uma ação de reintegração de posse, afirmou que não poderia realizar o despejo caso não fosse encontrado pelo menos um dos invasores citados na liminar. A informação bastou para que os invasores espalhassem por toda a área a notícia de que se permanecessem calados o despejo teria de ser adiado. Foi o que aconteceu: a cada nome chamado pelo oficial de Justiça, os invasores, em coro, responderam "não", indicando que nenhum dos citados se encontrava no local. Desta forma, os invasores conseguiram adiar o despejo, esperado desde a última terça-feira. (FSP - 30/01/82)

FOI A QUARTA GRANDE INVASÃO

A invasão do terreno do Parque Boturussu é a quarta grande invasão de áreas municipais particulares ocorrida na região de São Miguel-Ermelino Matarazzo desde maio do ano passado, quando cerca de 250 famílias tomaram um terreno em Monte Taó. Uma segunda ocorreu em setembro, quando cerca de 900 pessoas invadiram outra área no Jardim Robru, de onde foram despejadas por forte contingente policial. No entanto, uma parte desses invasores voltaram a tomar outra área no Jardim Lurdes, em outubro, onde permanecem até hoje à espera de uma solução da Prefeitura. No entanto, a Regional teve que cuidar também em dezembro do ano passado, do destino de cerca de 180 famílias que haviam invadido, há quase 9 anos, uma área do Parque Paulistano, na Vila Nitro Operária. Apenas 15 dessas famílias foram removidas pela Surs, para uma favela em Vila Reis. (FSP - 29/01/82)

PRAZO ACABA MAS OCUPANTES DE V. LURDES NÃO ABANDONAM TERRENO

Oitenta e cinco famílias de posseiros ocupam atualmente uma área de 16 mil metros quadrados em Vila Lurdes, entre São Miguel Paulista e Guaianases, cujo prazo de permanência no local venceu ontem. Elas deveriam ter sido despejadas no dia 18 de dezembro passado, mas por força de uma liminar, concedida pelo 19º Tribunal de Alçada Civil do Estado, ganharam o direito de permanecer mais trinta dias no local. Embora o prazo tenha expirado ontem, nem a polícia e nem os oficiais de Justiça compareceram ao lugar para quebrar a tranquilidade dos posseiros que, durante o fim de semana, deverão construir mais cinco casas. "Estamos crescendo dia a dia com o número de famílias, conta um dos moradores e não queremos mais sair daqui. Ninguém tem condições de pagar aluguel." Em dezembro, havia pouco mais de dez famílias, mas elas foram aumentando durante este mês, segundo vários posseiros, "porque muita gente, com a subida dos aluguéis, se vê obrigada a morar em favelas ou vir para cá". Embora pouca gente comente, o temor de um possível despejo cresce com o fim do prazo concedido pela liminar. (FSP - 30/01/82)

CRISE RELIGIOSA NO NORTE FLUMINENSE

Na diocese de Campos não houve ontem nenhum comentário sobre a decisão de d. Carlos Alberto Navarro de afastar mais dois padres tradicionalistas seguidores do antigo bispo, d. Antonio de Castro Mayer, o que elevaria para quatro o número de religiosos do município "suspensos de ordem", ou seja, impedidos de celebrar missa. Os rumores sobre o afastamento dos dois padres foram transmitidos aos jornalistas por integrantes do movimento Tradição Família e Propriedade - TFP - do qual os padres fazem parte, assim como o antigo bispo de Campos. Esse silêncio da Mitra Diocesana, segundo assessores de d. Carlos Alberto, seria o primeiro sintoma de que uma "cortina de fumaça" irá envolver a crise religiosa no Norte fluminense, e foi determinada pelo próprio bispo, que estaria seguindo orientação de autoridades eclesiásticas superiores. Tão logo foi confirmado no cargo, d. Carlos acabou por se transformar em personagem principal da crise pela defesa intransigente das recomendações do Concílio Vaticano II e também porque, ao assumir, autorizou sua assessoria jurídica a, de forma inusitada na história do Catolicismo no Brasil, denunciar todas as irregularidades herdadas do bispado anterior. De alguns meses para cá a imprensa passou a divulgar notícias de que, através de procurações assinadas por d. Antonio, vários padres teriam vendido ilegalmente propriedades da Igreja, em um total de Cr\$ 50 milhões. E outros - principalmente os signatários de um documento em que questionam a autoridade do papa e o desafiam abertamente, - deixaram de enviar à Mitra mais de Cr\$ 450 mil arrecadados com os emolumentos. (ESP - 20/01/82)

BISPO DE CAMPOS DIZ QUE PAPA RESOLVERÁ PROBLEMA DOS 23 PADRES REBELADOS

Quem vai resolver esse problema é o Papa - disse ontem o Bispo de Campos, D. Carlos Alberto Navarro, comentando a rebelião de 23 padres de sua Diocese, que se recusam a celebrar missa em português e de frente para os fiéis, além de não cumprirem outras normas litúrgicas ecumênicas estabelecidas pelo Concílio Vaticano II (1962/1965). Na rápida entrevista que não conseguiu evitar, D. Carlos esclareceu que a solução do problema de sua Diocese compete, por enquanto, ao Papa João Paulo II. Informou também que não há prazo para encerramento da investigação que a assessoria jurídica de sua diocese está fazendo sobre a venda ilegal de terras da Mitra, em 1981, às vésperas do afastamento de seu antecessor, D. Antônio de Castro Mayer, Bispo de Campos durante 33 anos, cuja linha é seguida pelos rebelados. Os 23 padres rebelados contra as normas do Concílio Vaticano II, já escreveram ao Papa e esperam resposta direta da Santa Sé. (JB - 23/01/82)

PADRES TRADICIONALISTAS DE CAMPOS DEFENDEM-SE

Os 23 padres tradicionalistas de Campos, que iniciaram um movimento contra a orientação doutrinária do bispo daquela diocese, d. Carlos Alberto Navarro, começaram ontem a instruir os fiéis de suas paróquias para que subscrevam um abaixo-assinado que será enviado ao núncio apostólico, d. Carmine Rocco, solicitando providências no caso de não ser renovada a provisão do uso de ordens de cada um, o que os impediria de celebrar missas. A decisão dos padres rebeldes, que teria sido acertada durante uma reunião com o ex-bispo d. Antonio de Castro Mayer, do qual continuam seguidores, foi divulgada um dia após as manifestações de carinho que o novo bispo recebeu da população católica de Cambuci e São Fidélis, onde eram esperadas repetições dos últimos incidentes provocados por aquela ala do clero, já que as duas cidades são consideradas redutos dos tradicionalistas. (ESP - 19/01/82)

CRISE TAMBÉM EM ANÁPOLIS

Uma procissão que estava programada para domingo, em Anápolis (GO), promovida por grupos de leigos e alguns padres contrários à linha conservadora do bispo da diocese, dom Manoel Pestana Filho, deixou de ser realizada porque pessoas ligadas ao bispo procuraram caracterizá-la como uma passeata de protesto, de cunho político-partidário, e

~~abertaram os órgãos de segurança para reprimi-la caso se realizasse, segundo os promo-~~
tores do ato. A crise na diocese se originou quando o bispo quis impedir o prosseguimento do trabalho desenvolvido por alguns padres na Pastoral da Juventude e em Comunidades Eclesiais de Base. Dom Pestana Filho considerou que havia "infiltração de elementos estranhos, inclusive militantes do PT" que levaram os religiosos a "saírem do campo teológico para o ideológico-emocional". Em consequência desta posição do bispo, 11 religiosos se afastaram de sua orientação, segundo o coordenador, leigo, da Pastoral da Juventude, Sebastião Valter Resende. O que provocou a situação atual foi, no entanto, um manifesto contrário ao bispo, publicado nos jornais de Goiás depois do afastamento dos padres holandeses João Werbeeck e Antônio Van Rooij. Nesse manifesto, os leigos da diocese de Anápolis, com base nos documentos de Puebla, dizem que d. Manoel Pestana Filho vem impedindo uma "pastoral de conjunto" e alertam para o fato de que "enquanto sua autoridade for usada para impor idéias independentes da vontade do nosso povo e até contra documentos da própria Igreja, a situação se torna irreversível e tendendo a um estreecimento maior". A crise de Anápolis não tem as mesmas proporções do problema criado pelos padres tradicionalistas com o bispo de Campos, dom Carlos Alberto Navarro, mas demonstra que o claro ainda se defronta com profundas divisões internas. Dom Manoel Pestana sente porque a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), não se pronunciou, assim como o bispo de Goiânia, dom Fernando Gomes. Esta semana, o bispo de Anápolis procurará o nuncio apostólico dom Carmine Rocco, para fazer-lhe um relato da situação em sua diocese. (FSP - 26/01/82)

ANÁPOLIS: CNBB VÊ RADICALISMO

Ao analisar os problemas que separam o bispo de Anápolis de alguns setores de sua diocese, que o consideram bastante conservador, o porta-voz da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, padre José Dias, afirmou que há radicalismos de ambas as partes, mas acredita que as dificuldades serão solucionadas em breve. Esse tipo de dificuldades, para ele, é inerente à ação da Igreja, que estaria, neste momento, passando por uma crise de crescimento. Trava-se da "opção preferencial pelos pobres", que o bispo Pestana afirma acatar, discordando apenas dos métodos que alguns membros do clero estão adotando. Os desentendimentos de Anápolis, segundo o padre, resultam também do processo de adaptação do bispo à comunidade. Lembrou que o último posto de d. Pestana foi Petrópolis, onde não existem problemas familiares tão grandes como naquela região goiana. (ESP - 23/01/82)

CAMPANHA DA FRATERNIDADE ANALISARÁ PROCESSOS EDUCATIVOS

O arcebispo de Florianópolis, d. Afonso Nibrués, ao falar sobre a Campanha da Fraternidade deste ano - que terá como tema Educação e Fraternidade -, disse que ela terá várias abordagens, abrangendo os processos educativos vividos na família, na paróquia, nas escolas, nas comunidades eclesiais de base, na televisão, na imprensa em geral, no relacionamento do mundo da produção e do trabalho, e na organização e estruturação política da sociedade. No que se refere à realidade social, sobre o ângulo da educação, disse que "as relações e processos educativos tradicionais da família são hoje significativamente afetadas pelo impacto de nosso modelo de sociedade industrial. As condições de trabalho e transporte, os salários baixos, os riscos de desemprego geram uma dispersão da família, mantendo os pais afastados dos filhos e dificultando o processo de educação familiar". A campanha deste ano, será lançada no dia 24 de fevereiro em todo o País. (ESP - 24/01/82)

PRESIDENTE DA CNBB AFIRMA QUE IGREJA NÃO ESTÁ CONTRA GOVERNO NAS ELEIÇÕES

O presidente da CNBB, dom Ivo Lorscheiter, afirmou, ontem, que a Igreja não vai trabalhar contra o governo nas eleições, como querem acreditar alguns setores oficiais. Acentuou que "a Igreja não é contra os regimes, mas cabe a ela levantar, em qualquer circunstância, os postulados éticos que devem ser seguidos pelos governantes". As cartilhas de educação política que estão sendo divulgadas por diversas dioceses, algumas delas contendo críticas ao governo, segundo ele, procuram apenas "orientar os cristãos", não devendo servir para "alazmar ninguém". "A Igreja não é partidária - afirmou o presidente da CNBB - ela é apenas partidária da liberdade e da justiça." O bispo disse, ainda, que encara com otimismo esta ano, pois acredita que dois documentos

básicos - "Fé-cristã e compromisso-cristão", divulgado pelo Celam, e a encíclica "Laborem Exercens" - deverão apontar, para muitas pessoas, qual deve ser a ação da Igreja no campo social. (ESP - 28/01/82)

POLÍTICA, O TEMA DO BISPO

O bispo-auxiliar de Porto Alegre, dom Urbano Allgayer, falando ontem no programa radiofônico A Voz do Pastor, sobre "Papa, Doutrina Social e Política", definiu como deve ser a atuação política do clero: "Consistirá em promover os grandes valores humanos, pondo-se a Igreja sempre a serviço de todos os homens, especialmente dos mais desvalidos e necessitados, sem, contudo, excluir da proclamação do Evangelho a nenhum grupo de pessoas, sob o pretexto de não serem pobres". Essa "atuação ou promoção do bem", acrescentou, "deve estar escoimada de toda e qualquer conotação partidária". (ESP - 26/01/82)

ENCONTRO DO CELAM

Para discutir a encíclica Laborem Exercens (o Exercício do Trabalho), publicada pelo papa em setembro do ano passado, iniciou-se ontem, no Centro de Estudos do Sumaré, no Rio, um encontro promovido pelo Conselho Episcopal Latino-Americano (Celam), com a participação de 22 religiosos. Embora o encontro seja controlado pela Celam, também participam enviados especiais do Vaticano. Toda a discussão será feita a portas fechadas e o único contato com a imprensa será em entrevista coletiva, hoje pela manhã. Não entanto, sabe-se que um dos pontos mais debatidos ontem foi a questão dos sindicatos e o seu direito de fazer política. (ESP - 30/01/82)

CELAM NÃO CONSIDERA CAPITALISTA CONCEITO PAPAL DE PROPRIEDADE

O presidente do Conselho Episcopal Latino-Americano (Celam), D. Alfonso Lopes Trujillo, disse ontem que o conceito de propriedade privada da Igreja, enfatizado pela encíclica "Laborem Exercens", "aparentemente possui semelhanças, mas no fundo é completamente distinto do conceito capitalista, que é algo profundamente egoísta e tem um uso voltado para o lucro". O presidente do Celam destacou a importância da encíclica "Laborem Exercens" para a América Latina, representando "uma proposta do Papa para que seja superada uma série de alternativas falsas que se apresentam às sociedades do continente e que a nada conduzem. Essas alternativas falsas são a capitalista, a marxista e a da divisão da sociedade, do caminho da luta de classes e do materialismo que afeta o capitalismo e o marxismo". A propriedade privada, segundo destacou o presidente do Celam, "é para a Igreja a capacidade de dispor dos bens de acordo com as necessidades dos mais necessitados". Ele lembrou que na encíclica "Laborem Exercens", o papa João Paulo 2º afirma que "sobre a propriedade privada pesa uma hipoteca social". Segundo d. Alfonso, esse conceito de propriedade privada não é novo na Igreja, sendo colocado desde São Tomás de Aquino e, mais recentemente, pela encíclica "Populorum Progressio", do papa Paulo 6º. Reconheceu, porém, que a propriedade privada chegou a ser vista durante muito tempo de uma forma "absoluta, como um dogma ou santuário". (ESP - 31/01/82)

RELIGIOSOS "MARXISTAS" TÊM AUXÍLIO DO EXTERIOR

Diversos religiosos e entidades religiosas do Brasil, "comprometidas com os movimentos marxistas em atuação no País", receberam, durante o ano de 1981, auxílios financeiros vindos do Exterior, num total de aproximadamente Cr\$ 1 bilhão e 500 milhões, segundo o levantamento concluído, na área oficial, em Brasília. Os recursos são provenientes da Alemanha, Holanda, França, Bélgica, Inglaterra e Suíça, destacando-se entre as organizações que os enviaram a Misereor e Adveniat (Alemanha), Le Soir (Bélgica), Cebem, Memisa, Novib e Icco (Holanda) e Cxfam (Inglaterra). Os religiosos e as entidades beneficiadas são os seguintes, de acordo com o levantamento: d. Angélico Sândalo Bernardino (bispo da Zona Leste de São Paulo); d. Henrique Froellich (bispo de Diamantino/MT); d. Teodoro Leitz (bispo de Dourados/MS); d. Eduardo Koaik (bispo de Piracicaba/SP); d. Cândido Padim (bispo de Bauru/SP) e d. Hélder Câmara (arcebispo de Olinda/PE). Comissão Pastoral da Terra (CPT); Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo; Secretaria-Geral da CNEB e Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (Fase). (ESP - 27/01/82)

~~D. IVO REPELE FORMULAÇÃO OFICIAL SOBRE AUXÍLIOS EXTERNOS~~

O presidente da CNBB, d. Ivo Lorscheiter, afirmou ontem que quase todos os bispos do Brasil, talvez a totalidade deles, receberam auxílios de entidades estrangeiras católicas para a realização de atividades pastorais e sociais. Para ele, é muito grave e digna de repúdio a insinuação da notícia, "que partiu de fonte obscura", de que foram agraciados por estes auxílios bispos e entidades comprometidas com os movimentos marxistas. Segundo o presidente da CNBB, os auxílios prestados por entidades estrangeiras, como a Adveniat e a Misereor, "jamais foram escondidas, sendo, inclusive, objeto de relatórios públicos das entidades doadoras e matéria de contabilidade das dioceses e das entidades beneficiadas, no Brasil". (ESP - 29/01/82)

ALEMÃES MANTERÃO O AUXÍLIO AOS RELIGIOSOS

O cardeal-arcebispo da cidade alemã de Colônia, Joseph Hoeffner, garantiu em entrevista à revista Stern que a "Igreja da Alemanha Ocidental continuará apoiando, principalmente por intermédio de suas organizações Adveniat e Misereor, a Igreja latino-americana", e afirmou que "justiça e dignidade humanas frequentemente exigem audácia, reformas revolucionárias e, ocasionalmente, até mesmo a eliminação de estruturas existentes". As declarações do cardeal-arcebispo de Colônia referiram-se, principalmente, à Teologia da Libertação na América Latina, afirmando que a Igreja "está obrigada não apenas a protestar com palavras quando os direitos do homem são cerceados, mas também a atuar". "É absolutamente legítimo aspirar a uma ordem que pretenda terminar com os latifúndios e que procure o estabelecimento de uma situação saudável no meio rural". Segundo ele, "empresários e grandes proprietários dos países em desenvolvimento prejudicam de maneira grave o bem comum, quando retêm as rendas da produção ou, mediante a remessa de capital para o Exterior, desprovem as comunidades dos meios materiais ou da ajuda ideal de que necessitam para o bem-estar comum". (ESP - 29/01/82)

SOLO URBANO SERÁ TEMA PRINCIPAL DE CNBB

Solo Urbano e ação pastoral - esse será o tema principal da próxima assembléia-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), entre os dias 9 e 18 de fevereiro no mosteiro de Itaici, em Indaiatuba, perto de Campinas. O tema será discutido amplamente por cerca de 250 bispos, além de padres e leigos convidados. A questão urbana, enfocada pela Igreja, assume agora proporções ainda maiores diante do plano de reforma urbana que será debatido pelo governo federal. D. Ivo Lorscheiter, presidente da CNBB, disse em Brasília que a questão do solo urbano será tratada no seu aspecto ético. "Há uma convergência entre governo e Igreja em relação ao problema" - disse. "Ambos estão cientes de que a utilização do solo urbano apresenta sérias distorções que precisam ser corrigidas". D. Ivo disse que a CNBB não afasta a possibilidade de trabalhar com o governo para resolver os problemas de moradia nas áreas de periferia, como já foi sugerido pelo ministro do Interior. Na última assembléia de Itaici, e em encontros regionais isolados, os bispos passaram a enfatizar o problema das cidades, criticando especialmente a existência de favelas e a especulação imobiliária. Os bispos certamente irão analisar o documento preparado pelo Ministério do Interior para a reforma urbana. (ver "Outras") (ESP - 28/01/82)

JUSTIÇA OUVIÚTÍMAS TESTEMUNHAS CONTRA PADRES E POSSEIROS

Foram ouvidas ontem, na sede da comarca de Marabá (PA), as últimas seis testemunhas de acusação do processo que corre em Belém contra os padres franceses Aristides Camio e Francisco Gouriou e 13 posseiros enquadrados na Lei de Segurança Nacional. Os posseiros são acusados de zimar uma emboscada contra agentes do Getat - Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins e da Polícia Federal, que resultou na morte de um pistoleiro, em agosto do ano passado, em São Geraldo do Araguaia, município de Conceição do Araguaia. Os padres são acusados de incitarem os posseiros a essa emboscada. As testemunhas (cinco lavradores e o ex-chefe da unidade executiva do Getat em São Geraldo, Carlos Alberto Chaves) foram interrogadas com perguntas enviadas de Belém pela Auditoria Militar, que deverá receber dentro de cinco dias o resultado da inquirição para dar seguimento ao processo. O interrogatório das testemunhas de defesa só deverá ocorrer, em fevereiro, segundo fonte da 8ª Circunscrição Militar. (ESP - 19/01/82)

PLANO SOBRE O SOLO URBANO: COMENTÁRIO

"Os princípios são altamente elogiáveis porque o Governo federal, finalmente, reconhece a necessidade de implementar uma política urbana concreta que garanta o direito de moradia a todas as camadas da população; que possibilite a igualdade de oportunidades de acesso à propriedade urbana; que fortaleça o direito de posse das populações mais pobres; que reprime o abuso do poder econômico; e, ainda, que contem a excessiva concentração urbana. Entretanto, isso não passará de mera retórica se, na correlação das forças políticas, o Governo não possuir meios concretos para a implementação do projeto". A afirmação foi feita ontem à tarde pelo vice-presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB-SP) e membro da Comissão Justiça e Paz, Cândido Malta Campos Filho, ao comentar o anteprojeto da Lei de Desenvolvimento Urbano, que está em fase final de estudos pelos técnicos do Ministério do Interior. Entre outros pontos, o estudo propõe desvincular o direito de construir do direito de propriedade; a possibilidade de desapropriação de imóveis visando a renovação urbana; o pagamento de desapropriações com títulos da dívida pública; mecanismos para onerar terrenos não aproveitados como cobrança de serviços não utilizados, como água e esgotos; preferência para o Poder Público adquirir terras em zonas especiais ou onde se prevê valorização rápida, derivado da implantação de obras públicas; e meios para o Poder Público manter reserva de terras. Malta elogiou ainda a idéia do controle do parcelamento do solo urbano. Disse que "muitos proprietários de terra vão se opor à proposta dos técnicos do Ministério do Interior porque o anteprojeto visa reduzir brutalmente a especulação imobiliária". "Nesse sentido - argumentou -, é preciso que se defina melhor a necessidade de integração do desenvolvimento urbano com o desenvolvimento nacional, pois a especulação imobiliária retira o poder de poupança do País na medida em que os investimentos públicos terminam por dar lucro aos investimentos privados, que esperam as obras de infra-estrutura para depois vender os terrenos por preços exorbitantes". Por fim, o ex-coordenador de Planejamento apelou ao prefeito no sentido de que "não abra a zona rural de São Paulo às empresas privadas porque, caso contrário, além de estimular a especulação imobiliária, estará indo contra a decisão do Governo federal de tornar mais claro o direito de preferência do Poder Público sobre os terrenos." (FSP - 28/01/82)

SALÁRIO E RACISMO

No Brasil "a parcela de rendimentos que cabe aos negros é sempre inferior à dos brancos", conclui um estudo encomendado pela CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) ao Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), com sede no Rio de Janeiro. Segundo esse trabalho, 60% dos trabalhadores negros têm rendimento igual ou inferior ao salário mínimo, enquanto a proporção para os brancos é da ordem de 38%. "Em contrapartida, - assinala o estudo - 14% dos brancos possuem rendimento acima de cinco salários mínimos, enquanto apenas 2% dos pretos e 4% dos pardos encontram-se nesta faixa de rendimentos". Essa constatação do estudo encomendado pela CNBB reforçando a hipótese de racismo no mercado de trabalho do País, terá que enfrentar uma discussão metodológica, tendo em vista os últimos dados do censo de 1980, divulgados pelo IBGE. (FSP - 20/01/82)

CURIÓ, AGORA, VAI SER DEPUTADO

O tenente-coronel do Exército Sebastião Rodrigues de Moura, o "major Curio", iniciou campanha eleitoral na última quarta-feira, para disputar uma vaga na Câmara Federal pelo PDS. O "major Curio" notabilizou-se há uma década pela sua participação no combate à guerrilha no Araguaia. Posteriormente, voltou aos noticiários como responsável pela organização do acampamento no garimpo de ouro em Serra Pelada. No ano passado, foi designado para uma frustrada tentativa de promover a remoção dos sem-terra de Ronda Alta (RS) para o Mato Grosso.

AS COMISSÕES DE FÁBRICA

Após a Comissão de Representantes gerada pela Volkswagen, com o evidente objetivo de ocupar um vazio criado com a intervenção no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, surge, agora, a Comissão de Fábrica da Ford Brasil, saudada como manifestação de avanço e produto legítimo da negociação direta dos trabalhadores, legitimamente representados pela nova diretoria da entidade de classe. Os objetivos a serem atingidos pelas partes signatárias do Acordo Coletivo que deu origem à Comissão seriam estes: a) instituir um canal efetivo de comunicação entre os empregados e a empresa e aprimorar o relacionamento entre esta última e o sindicato; b) assegurar um tratamento justo e imparcial aos trabalhadores; c) melhorar o relacionamento entre trabalhadores e supervisores, eliminando tensões; d) solucionar diretamente as divergências. Não se pode deixar de reconhecer que essa Comissão de Representantes é, antes de tudo, produto autêntico das greves. Recusadas sistematicamente pelos patrões e seus sindicatos, em todas as negociações levadas a efeito até agora, e negadas pela Justiça do Trabalho nos dissídios coletivos, foi a partir das paralisações de 1978 que os profissionais encarregados das relações humanas ou industriais começaram a se aperceber da necessidade da constituição de canais de diálogo dentro das fábricas, aptos a contribuir para a prevenção e solução das mais agudas disputas. Ficava claro, a partir daquele momento, que as direções sindicais, muitas porque alienadas, outras porque envolvidas pelas grandes questões que pipocam dentro das suas bases, raramente têm condições de acompanhar o dia-a-dia das empresas, e nem sempre são as melhores interlocutoras para o debate dos problemas internos. Enquanto as reclamações dos trabalhadores puderam ser solucionadas pelas advertências, suspensões e demissões, invariavelmente remetidas à Justiça do Trabalho, tudo correu bem para os patrões. A situação, entretanto, se complicaria a partir de São Bernardo, quando as violências deixaram de ser transformadas em anódinos processos judiciais, cada vez mais morosos e de questionável sucesso. As comissões de representantes, que certamente vão proliferar daqui por diante, representam um grande feito dos trabalhadores. No reverso da medalha, entretanto, poderemos vislumbrar uma significativa, sutil e penetrante tendência, capaz de provocar transformações na ideologia do melhor das nossas organizações sindicais, as quais poderão ser levadas a aceitar a possibilidade de deixarem de ser forças de choque, de confronto direto, para se tornarem um veículo a mais de composição e de ajustamento entre o capital e o trabalho. O intróito do Acordo Coletivo da Ford, neste sentido, revela a audácia e habilidade dignas dos melhores políticos de Minas. Assim, no primeiro "round" da disputa, que promete ser das mais interessantes, levam vantagem os empregados, mas não perde a empresa. Os primeiros porque conseguem, afinal, a sua ambicionada Comissão de Fábrica; a segunda porque lhe interessa muito mais a composição do que a reiteração cansativa e desgastante dos combates. (FSP - 31/01/82)